

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: CRISE, BARBÁRIE E TRANSIÇÃO*¹

José Claudinei Lombardi

Introdução

O tema deste capítulo com certeza varia conforme a análise teórica do capitalismo adotada, inclusive quanto ao entendimento da crise estrutural desse modo de produzir a vida material, social e cultural, bem como das sucessivas crises conjunturais ao longo da história, particularmente da profunda crise da formação social brasileira, com sucessivos golpes de Estado, com a extrema-direita nazifascista ainda buscando meios para continuidade do reincidente golpismo das elites, com sustentação dos aparelhos do Estado-nação (burguês), cujo desfecho é imprevisível e no qual tudo pode acontecer.

É essa situação que me leva a perguntar: é possível vislumbrar perspectivas econômicas, políticas, sociais, educacionais e científicas sob o capitalismo? Meu entendimento é que não há, sob o capital, nenhuma perspectiva, pois sua razão de ser (sua racionalidade) é dominada por uma irracionalidade destrutiva!

A exposição está dividida em cinco partes: 1. O mundo de ponta cabeça; 2. Invertendo o mundo de ponta cabeça, ou colocando as coisas no devido lugar; 3. Modo de produção capitalista e suas crises estruturais; 4. A transição como transformação estrutural do Modo de Produção Capitalista: crise, transição e barbárie; 5. Transição e educação: a Pedagogia Histórico-Crítica e a formação crítica e revolucionária.

* DOI - 10.29388/978-65-6070-055-0-0-f.28-49

¹ O presente capítulo junta os textos de duas palestras: 1. da fala na mesa-redonda de encerramento do evento- “Mundo de Ponta-Cabeça? Perspectivas Políticas, Sociais, Educacionais e Científicas”, ocorrida em 29/09/2017, no XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, UESB, Vitória da Conquista - BA, de 26 a 29 de setembro de 2017; 2. na mesa-redonda de encerramento, com o tema “Crise, transição e barbárie: fim do mundo ou transformação”, ocorrida no dia 28/10/2023, no XIV Colóquio Nacional & VII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico; XII Seminário Nacional & II Internacional do HISTEDBR, tendo como tema geral “Ciência, educação e luta de classes: desafios e perspectivas de resistência”, na UESB, Vitória da Conquista - BA, de 25 a 28 de outubro de 2023.

1. O mundo de ponta cabeça

Este - **O mundo de ponta cabeça** - é o título da principal obra do historiador inglês Christopher Hill, sobre as ideologias na Revolução Inglesa de 1640, no qual Hill (1987) mudou o foco de análise, do embate entre as classes dominantes, para as camadas populares, da aristocracia para o povo, vendo uma possibilidade de as massas populares ganharem a hegemonia do movimento revolucionário de 1640². Na “Apresentação” à obra, Renato Janine Ribeiro registra que Hill inovou ao introduzir as classes populares na análise da Revolução Inglesa de 1640. Sendo um historiador marxista, Hill não reconhece apenas a existência de um conflito de classes entre a burguesia ascendente e a aristocracia em declínio, mas de oprimidos que construíram um discurso próprio e que lutaram contra a dominação de classe (Ribeiro *in* Hill, 1987, p. 16).

A classe hegemônica nas revoluções inglesas, principalmente na Revolução Industrial, foi a burguesia, por um lado, com a industrialização e, por outro, a proletarização das massas populares, mas no processo histórico, as massas populares não ficaram passivas, mas empreenderam uma luta contra hegemônica, com ideias radicais que fermentavam intensamente a formação social inglesa. Ao contrário da historiografia liberal, Hill (1987) entende que, conforme a Revolução se “aburguesou”, os movimentos radicais de origem popular antagonizavam cada vez mais o regime. Contrariando a explicação de que a revolução se realizou por consenso, Hill entende que os grupos marginalizados formaram movimentos radicais – Diggers, Ranters, Quakers, e outros – que desencadearam, por vezes, reações muito violentas. Fazendo analogia com a função social da loucura que algumas datas promoviam - como a Terça-Feira de Carnaval, o Dia de Todos os Loucos etc. havia “[...] a ideia de que o mundo pudesse ser invertido de modo permanente: a ideia de que o mundo onírico do País de Cocanha ou o reino do céu pudesse ser atingido na terra, aqui, agora.” (Hill, 1987, p. 34). Para Hill havia nesses radicais anônimos a antevisão de algo que ainda não tinha se realizado: daí o

² A historiografia que trata do período faz uma análise acurada da importância da obra de Christopher Hill, para o entendimento da construção da liberdade no âmbito de uma revolução que também era religiosa, como nos artigos “A reinvenção popular do sagrado no contexto da Reforma”, de Antero Luiz Amadeu (2014); ou no artigo “Christopher Hill: uma visão sobre a liberdade”, de Caroline Oliveira Jung (2006) - para referenciar apenas dois em língua portuguesa.

mundo de ponta-cabeça (idem, p. 366). É esse o sentido da frase cunhada por Christopher Hill e que as ideias radicais das lutas por uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e coletiva indicavam. O mundo de ponta cabeça é aquele que ainda não se realizou. É uma utopia!

2. Invertendo o mundo de ponta cabeça, ou colocando as coisas no devido lugar

Christopher Hill, ao colocar ideias radicais ou revolucionárias que não se realizaram no seu tempo, afirmou que estas ideias desafiam o tempo e nos colocam diante da mesma situação, pois movimentos com ideias radicais e revolucionárias continuam ocorrendo, apesar das ideias dominantes serem as da classe dominante, parecendo que o mundo continua de ponta cabeça. O historiador inglês sabia que o mundo das ideias, em si mesmo, não passa de um mundo invertido, tal qual ocorre numa câmara escura das antigas máquinas fotográficas. Foi esse entendimento de Marx e Engels sobre Hegel e a esquerda hegeliana n' *A Ideologia Alemã* (Marx; Engels, 2007), registrando que os ideólogos alemães consideravam as ideias, as representações, os pensamentos como os autênticos grilhões dos homens; por isso, para os filósofos alemães, era necessário combater as ideias dominantes, interpretar o mundo existente de outra maneira, condição a revolução social (idem, p. 84). Ao contrário desses, entretanto, a produção das ideias, das representações e da consciência, já desde o princípio aparece como entrelaçadas com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real (Idem, pp. 93-94). Para Marx e Engels os idealistas analisavam invertidamente o mundo e, por isso, era preciso inverter o modo de entender e de agir sobre o mundo, partindo não do que os homens dizem, imaginam e representam, mas partir dos homens reais de carne e osso, de seu processo de vida real (idem, p. 94).

Não é possível transformar o mundo existente com fundamento em ideias, radicais ou não. E foi exatamente essa a crítica de Marx ao hegelianismo, no Posfácio à segunda edição de sua *magnum opus*, *O Capital*: para Hegel a ideia é o criador do real, que é apenas sua manifestação externa; para Marx, ao contrário, o ideal nada mais é que a realidade material, transposta para a cabeça dos homens e por eles interpretado:

“Em Hegel a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico.” (Marx, 1982, p. 17). Disso decorre que, com Marx, não é o mundo que está de ponta cabeça... é a análise idealista que o coloca dessa maneira. Da mesma forma que não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se pode analisar a história dos homens pela consciência ou representação que fazem de si próprios; ao contrário é preciso analisar essa consciência a partir do modo como os homens produzem sua existência, pelas contradições materiais realmente existentes, pelo conflito entre as forças produtivas e as relações de produção. Revolucionar o velho para o novo modo de produção, assim, somente ocorre quando todas suas forças produtivas forem plenamente desenvolvidas e, estas, transformarem as velhas por novas e superiores relações de produção.

Nesse sentido, não se pode esquecer que a análise histórica empreendida por Christopher Hill, analisava o longo processo de transição do velho modo de produção feudal para o novo capitalismo. As forças produtivas revolucionaram a produção agrícola, transformando o artesanato em manufatura, expulsando uma grande massa de camponeses da terra. Nesse processo, a massa de camponeses foi colocada na mais absoluta miséria, buscando refúgio na religião, sendo “[...] a miséria religiosa, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela [...]”, pois “[...] a religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito [...]”, conforme analisou Marx na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (Marx, 1844). Por isso, as ideias radicais se expressavam em formulações religiosas, servindo como um poderoso anestésico - como “o ópio do povo” - pois a miséria que se alastrava liberando camponeses para a escravidão do trabalho fabril, chamado de “trabalho livre”, se dava numa inversão também ideológica do que ocorria com o trabalhador. A barbárie social foi profunda nessa transição, gerando saídas religiosas como um soluço dos oprimidos.

Estamos hoje em situação diferente da enunciada por Hill? O que as crises indicam? Será que estamos num processo de transição do modo de produção capitalista para uma nova e superior sociedade? Como as lutas de classes e frações de classe se expressam nas estruturas da

sociedade em transição? Na atualidade a expressão religiosa da luta de classes foi superada ou ao contrário à religião ainda é o “coração de um mundo sem coração”?

3. Modo de produção capitalista e suas crises

A categoria modo de produção, tal como definida por Marx no Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* e outros escritos, é central na análise teórica marxiana, expressando que a determinação das diversas dimensões da totalidade histórico-social, é o modo como a humanidade produz as condições materiais, sociais, ideológicas de sua existência (Marx, 1859), uma formulação que já abordei, em vários textos, principalmente na tese de livre-docência (Lombardi, 2010a). Sobre o modo de produção capitalista, esse verbete no *Dicionário do pensamento marxista* (Bottomore, 1988) é suficiente para delinear suas características: é o modo de produção em que o capital, nas suas diferentes formas, é a relação dominante e determinante, seja como meio de produção, na forma de dinheiro ou crédito, na forma de maquinaria física, prédios e instalações ou até mesmo forma de estoques de bens, matérias primas e mercadorias; sob qualquer forma que o capital assume, sua característica fundamental é que a propriedade privada do capital esteja nas mãos da classe burguesa, excluindo-se o restante da população. As principais características do capitalismo são: a) produção de bens que, como mercadorias, se destinam à venda e não para uso próprio; b) o mercado como espaço para a compra e venda de mercadorias, matérias primas, máquinas, havendo também um mercado onde a força de trabalho é comprada e vendida, em troca de salários, estabelecendo relações de trabalho características em relação a outros modos de produção (como o escravismo, a servidão); c) o uso do dinheiro como mediação predominante (cada vez mais universal) das trocas; d) o capitalista, ou seu gerente, é quem controla o processo de produção (bem como o conjunto das relações societárias); e) controle das decisões financeiras pelo capitalista, de modo que seja possível a utilização dos recursos de outras pessoas para financiar a acumulação; f) a concorrência entre capitais como força que opera para a acumulação de capital, forçando o capitalista a adotar novas técnicas, máquinas e práticas que reduzam custos, ampliando ainda mais a acumulação.

Com relação ao processo histórico de transformação do capitalismo, uma rápida síntese de suas principais etapas, ajuda a entender as crises, bem como o alcance e profundidade que a transição deste novo modo de produção. Novamente recorro ao verbete “capitalismo”, do *Dicionário do Pensamento Marxista* que sintetiza as três fases da história do desenvolvimento capitalista: **fase do capitalismo mercantil** e que, aproximadamente, vai do século XV ao século XVIII; a fase seguinte de domínio do **capitalismo industrial**, iniciada com a revolução produtiva graças à introdução de máquinas movidas por energia não humana. Foi um período de crescimento rápido e de progresso técnico, constituída por empresas de propriedade individual, reduzida participação do Estado na produção e forte concorrência. A terceira e última fase é a do **capitalismo dos monopólios**, ou capitalismo financeiro, ou imperialismo, iniciada no final do século XIX e vigente até os dias atuais, possível com o advento da Segunda Revolução Industrial, quando os processos industriais de grandes bases e escala foram possíveis (Bottomore, 1988).

Ainda que a ideologia burguesa busque eternizar as características do capitalismo industrial, desde o final da década de 1830, a fase de crescimento deu lugar a uma recessão econômica que, do setor têxtil, se expandiu para toda a economia. Após uma série de crises setoriais, ocorreu a primeira grande crise estrutural, com a quebra de inúmeras empresas (por volta dos anos da década de 1870). Era o início dos ciclos econômicos, com suas fases de produção febril, saturação e estagnação, ou períodos de prosperidade, superprodução, crise e estagnação, demarcados por crises mais ou menos profundas, como Marx caracterizou no livro primeiro d'*O Capital*, com o surgimento da concentração e centralização de capital em grandes empresas e do mercado de ações, com “[...] o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia.” (Marx, 1982, p. 734 e p. 873). Foi nessas condições que o capital financeiro se formou, decorrência da fusão do capital bancário com o industrial, tornando-se hegemônico sobre os demais. Desde então, as crises se transformaram em importante instrumento de acumulação financeira, pela transferência de recursos do Estado, através dos bancos nacionais, para a recuperação econômica de empresas e monopólios, num colossal processo de concentração e centralização de capital, de forças produtivas, de meios de produção, de

fontes de matéria-prima e de riquezas nas mãos de poucos capitalistas (Marx, 1982).

Estou usando o conceito de crise em seu sentido etimológico³ (Bottomore, 1988), reportando-me à Marx que entendeu a crise como o colapso dos princípios básicos que regem o funcionamento de um determinado modo de produção - ou de determinada formação social - sendo importante a distinção entre as crises gerais e as parciais (Bottomore, 1988). De modo estrito, a teoria marxiana das crises, n'*O Capital*, decorre da análise das contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, particularmente da tendência geral do desenvolvimento econômico e que resulta do uso intensivo de capital e da incorporação dos conhecimentos científicos nos processos produtivos, como tratado no capítulo sobre a maquinaria e a grande indústria, no livro primeiro d'*O Capital* (Marx, 1982), onde fica explicitado que o desenvolvimento inevitavelmente produz ciclos - de produção febril, saturação e estagnação - ou períodos de prosperidade, superprodução, crise e estagnação - onde as crises são mais ou menos profundas (Marx, 1982). Em casos de crise, para garantir a supremacia industrial, foi essencial o sistema de crédito público, isto é: da dívida pública, alavanca fundamental para a acumulação de capital (Marx, 1982), ou ainda para salvar uma economia em crise, tal como hoje, quando o Estado é acionado para injetar recursos públicos, cobrindo os prejuízos do capital e criando as condições necessárias à lucratividade, restando aos pagadores de impostos, qual seja: os trabalhadores, cobrir o rombo financeiro do Estado, de forma que “A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é — sua dívida de Estado.” (Marx, 1982, p. 872). Foi justamente através do endividamento do Estado que, após a primeira grande crise estrutural do modo de produção capitalista, ocorrida entre 1860 e 1890, foram criadas “[...] as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem. Em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (Marx, 1982, p. 873). Com isso, as crises se transformaram em

³ Lat. crise < Gr. Krisiss. Alteração, desequilíbrio repentino; estado de dúvida e incerteza; tensão, conflito (Cunha, 1986). Manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio; Fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das ideias; Tensão, conflito; Transição entre uma época de prosperidade e outra de transição; situação de um governo que encontra dificuldades muito graves em se manter no poder; Situação grave nos acontecimentos da vida social, etc. (Ferreira, [s.d.]).

grandes instrumentos de acumulação financeira, graças à ação dos mecanismos de transferência de recursos do Estado para a recuperação econômica de empresas e até mesmo setores inteiros da economia (idem, *ibidem*).

Criou-se desde então, um círculo vicioso, no qual a cada crise amplia-se a dívida do Estado para cobrir o rombo privado; para isso, é necessária a ampliação das receitas do Estado, através do aumento de impostos que, no regime fiscal moderno, conduz à super tributação dos trabalhadores, transformada em princípio econômico do Estado moderno (Marx, 1982).

Sobre as crises já publiquei alguns textos⁴, sendo preciso registrar que se trata de um tema polêmico, sobre o qual há rica produção⁵. Mesmo reconhecendo que há grande polêmica sobre as crises, inclusive quanto a sua ocorrência e datação, entendo que foram três profundas crises estruturais, com revoluções nas forças produtivas e que conduziram à reorganização das relações de produção, de distribuição e de troca.

A Primeira Grande Crise, foi de Superprodução, sendo também chamada de Grande Depressão, ocorrida entre 1873 e 1896, resultado do descompasso entre a superprodução de bens manufaturados e a redução do poder aquisitivo dos trabalhadores, com o achatamento salarial, levando à redução no consumo. A quebra de empresas levou à concentração de capitais, à formação de poderosos carteis, trustes e sociedades anônimas, à ascensão das grandes indústrias e monopólios que, controlando as fontes de matérias primas, a produção e o mercado internacional, tornaram viável o aumento da produção industrial e a industrialização pelo mundo. Em consequência, a acumulação possibilitou o enriquecimento de poucos capitalistas industriais e o empobrecimento de grande parcela da população, notadamente da classe trabalhadora. A esse conjunto de transformações correspondeu um colossal desenvolvimento das forças produtivas, identificado como uma **primeira fase da segunda revolução industrial**, com a diversificação e ampliação dos meios de transporte - ampliação da malha das estradas de ferro e o uso dos navios a vapor -, na produção de aço com o forno Siemens-Martin. Um clássico de Lênin (2011) sobre o período foi **Imperialismo**,

⁴ Uma síntese desses escritos é a que segue: Lombardi, 2010b.

⁵ Sugiro a leitura de Fontes (2017).

Fase superior do capitalismo, no estabeleceu a principal categoria para a análise do período que se abriu desde então - imperialismo - caracterizado pela hegemonia crescente do capital financeiro, pelos monopólios e pela disputa entre impérios econômicos que, até os dias atuais, uma marca característica da concorrência entre países capitalistas, delineando a divisão internacional entre as economias nacionais. Recomendo a leitura da apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2011), à edição digital desta obra. Atenção: foi nesse período que ocorreu a Revolução Russa, inaugurando a série de revoluções ao longo do século XX.

A Segunda Grande Crise teve seu ponto culminante no crash da bolsa de Nova York, eclodida em 1929 e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão, causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do PIB (Produto Interno Bruto) da maioria dos países, com quebra brutal na produção industrial e implosão no mercado das ações - com a queda de 33% do seu valor. A crise no mercado de capitais arrastou as economias dos países vinculados à economia dos Estados Unidos, com a amplidão e universalização da crise, decorrência da mundialização das relações econômicas e do elevado grau de interdependência da economia capitalista. No sistema financeiro, muitas instituições bancárias foram falindo, num efeito dominó que, dos Estados Unidos atingiram praticamente todos os países. Novamente, a salvação dos grandes bancos deu-se através dos governos nacionais. Com a crise, ampliou-se a luta de classes, com a burguesia, passando de classe revolucionária a uma classe reacionária, inclusive apoiando abertamente regimes autoritários, sob a justificativa de que eram essenciais para a garantia da ordem, o que explica o apoio dessa classe ao **fascismo** na Itália e ao **nazismo** na Alemanha, arrastando as massas nesse processo. A crise foi estancada com o acionamento da máquina de guerra, esse poderoso mecanismo de crescimento da produção, também forjando as justificativas ideológicas para a coesão do “povo”, para o combate aos inimigos. A Segunda Guerra Mundial (1939-45) desempenhou exemplarmente esse papel. Não é exagero afirmar que o mundo capitalista somente sobreviveu por decorrência das duas grandes guerras mundiais e as profundas transformações que provocou, resultado do espetacular desenvolvimento

das forças produtivas da **segunda revolução industrial**, bem como do equilíbrio nas relações econômicas e políticas internacionais, sob a égide da Guerra Fria. A segunda revolução industrial introduziu o uso de novas fontes de energia, sobretudo a eletricidade e o petróleo, a substituição do ferro pelo aço, nos desenvolvimentos na química, nas comunicações e no transporte. Essa revolução industrial ganhou fôlego a partir dos anos 1950, com a introdução de máquinas cada vez mais modernas, o uso massivo de novos meios de transporte (trens, ônibus, caminhões e automóveis) e comunicação (primeiro do rádio, depois a televisão). Não se pode deixar de citar as inovações que rapidamente transformaram o mundo: a bomba atômica e a energia nuclear, o desenvolvimento da eletrônica e o uso da informática.

A Terceira Grande Crise, ainda atual, promoveu um Crash Financeiro Global, e a qual me debrucei na pesquisa para a tese de livre-docência (Lombardi, 2010a), levando à publicação de síntese sobre essa crise (Lombardi, 2010b). Merece registro que também o grupo de pesquisa Histedbr se debruçou sobre a crise e a educação, na XII Jornada, realizada no Maranhão, com o tema "A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira", da qual foi publicado um livro com as conferências proferidas (Lombardi, 2016). Como ainda estamos na terceira crise, isso possibilita vivenciar as suas contradições, mas sem clara compreensão do que está se passando no conjunto das relações societárias. Por um lado, a ideologia liberal buscando naturalizar as rápidas transformações, também promovendo uma retomada de reacionárias pautas morais e culturais, além da aparente eterna possibilidade de um golpe de Estado para a garantia da lei e da ordem; por outro lado, transformações em todos os níveis estão ocorrendo de maneira muito rápida, com ampliação da miséria e da marginalidade, sendo visível a rápida incorporação das tecnologias no cotidiano - notadamente resultantes da microeletrônica e da informática. *Pari passu* ao questionamento teórico e prático das normas e padrões sociais e morais, implicando na defesa da moral e dos costumes tradicionais, retrocesso que se dá concomitante à ampliação da religiosidade conservadora, de pautas conservadoras dos costumes e da defesa do autoritarismo ditatorial.

Muitas contradições convivem neste breve período histórico, deixando evidente a profundidade da crise contemporânea, afetando os

pilares estruturadores da civilização, produzida com o modo de produção capitalista. É preciso registrar que com essa terceira e profunda crise, estamos em novo ciclo de desenvolvimento das forças produtivas, chamado de **Terceira Revolução Industrial** (que para alguns trata-se de uma quarta revolução industrial), mudando a base energética com a utilização da energia atômica e outras fontes de energia renováveis, como a solar e eólica, a introdução de complexo de máquinas cada vez mais avançadas graças ao uso da microeletrônica, da informática e da robótica. Uma revolução tecnológica que tem sido usada para fins bélicos, num ciclo de crescentes guerras, mas que também é rapidamente incorporada à organização do trabalho na indústria, na produção agropecuária, aos serviços (como nos bancos e outros serviços) e à vida cotidiana. Também a educação tem sido transformada, em termos da organização do trabalho pedagógico, com a revolução científica e tecnológica, com a introdução da EaD (Educação à Distância) e suas consequentes alterações na organização institucional, nos cursos, no trabalho docente e na formação discente, inclusive com a substituição do trabalho vivo e presencial dos professores, por trabalho morto resultante do aproveitamento (e multiplicação) de videoaulas e textos que vão sendo incorporados às plataformas educacionais. Também na educação é visível a transformação física e material de todo o aparato e instrumental resultante da microeletrônica, da computação, informação e comunicação.

4. A transição como transformação estrutural do Modo de Produção Capitalista: crise, transição e barbárie

Hora de colocar em relevo o processo de transformação histórica do modo de produção capitalista para um novo modo de produção - que a tradição revolucionária denominou de comunista, passando pelo socialismo, como transição para a construção do novo modo de produção. em termos teóricos, é muito difícil separar essa discussão daquela realizada sobre a transição do feudalismo ao capitalismo⁶. Não há como esgotar um assunto como esse, pois além de ser um processo ainda em curso, é extremamente complexo, não sendo tarefa individual, mas exigindo um

⁶ Uma consulta ao verbete “Transição do feudalismo para o capitalismo”, de autoria de Robert J. Holton, ajuda a situar as principais controvérsias sobre o tema (Bottomore, 1988).

amplo projeto de pesquisa e de análise histórica, como a empreendida pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (1995 e 1998) e sua análise das diferentes “eras” do capitalismo; ou então a do marxista húngaro István Mészáros, particularmente em sua obra *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (2011).

Apesar dos esforços desses gigantes do pensamento marxista contemporâneo, ainda é uma tarefa aberta. Certamente que, antes deles, os principais clássicos do marxismo empreenderam análises históricas e conjunturais tematizando a transição, a começar por Marx e Engels; depois deles praticamente todos os clássicos marxistas adentraram no debate sobre a transição do capitalismo ao novo modo de produção⁷. Nos limites deste texto, é básico recolocar as análises de Marx sobre a transformação estrutural do capitalismo para um novo modo de produção, buscando situar a importância lógica e histórica do conceito dialético de transição⁸. Para Hector Benoit (2005) a transição é tratada por Marx e Engels em três sentidos: no primeiro sentido, “transição” significa o modo como se caminha do modo de produção capitalista à tomada revolucionária do poder de Estado pelo proletariado; o segundo sentido, é que “transição” designa o período após a tomada do poder, se desenvolvendo por um longo período, do socialismo ao comunismo; o terceiro, é o entendimento da “transição” como o período de passagem de um todo e qualquer modo de produção para outro. No capítulo XXIV, item 7, do livro primeiro d'*O capital*, Marx faz uma síntese lapidar da tendência histórica da acumulação capitalista, iniciando pela origem histórica da acumulação primitiva do capital, delineando os traços gerais da transição do feudalismo ao capitalismo: a transformação dos servos em assalariados, dos meios de produção em propriedade privada (Marx, 1982). Essa transição se completa com a aniquilação do velho modo de produção feudal, pois esse modo de produção [...] tem de ser destruído e é destruído, num processo de transformação dialética que põe em ação poderosas contradições:

⁷ Uma primeira aproximação às controvérsias sobre o tema da “Transição ao socialismo” pode ser feita pela leitura desse verbete, de autoria de Milton Fisk, no Dicionário do Pensamento Marxista, anteriormente referenciado (Bottomore, 1988).

⁸ Essa incursão foi empreendida por Hector Benoit, em texto de comunicação no 4o. Colóquio Marx e Engels, realizado pelo CEMARX, Unicamp, de 8 a 11 de novembro de 2005, no IFCH Unicamp. Ver: BENOIT, Hector. **O Conceito de Transição ou Receitas do Futuro?**. 2005.

O que tem de ser expropriado agora não é mais aquele trabalhador independente, e sim o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas (Marx, 1982, p. 881).

Com isso, Marx traçou o fio-condutor lógico-histórico da transição, articulando as contradições do que observava na realidade concreta, para um nível teórico em que não perdeu as contradições que a dialética possibilita - no qual a realidade se apresenta em seu encadeamento lógico, como concreto pensado.

Seguindo o fio-condutor traçado por Marx, é possível analisar esse processo, buscando apreender as transformações estruturais dos principais pilares da sociedade burguesa - e que estão ruindo um-a-um nesse processo. Analisar a transição em processo, implica considerar que o capitalismo não é eterno, mas que ele também não se autodestrói, no sentido de que como não existe autorregulação, também não há auto-revolução sob o capital (Lombardi, 2016). As contradições levam às transformações e, para as sociedades humanas, manifestam-se na luta entre as classes sociais. Nessa direção, foi que movimentos revolucionários e nacionalistas, em ondas sucessivas, ocorreram desde o final do século XIX e ao longo do século XX (Lombardi; Lima, 2020a), como a Comuna de Paris - instalando o primeiro governo proletário da história ; depois o parto se deu em outubro de 1917, na Rússia, alçando ao governo o Partido Bolchevique, com o revolucionário Lênin - codinome de Vladimir Ilitch Ulianov - à frente. Assim como a revolução burguesa culminou sua longa transição no final do século XVIII, a revolução proletária teve longa gestação (do final do século XVIII ao início do século XX) acompanhando o curso das lutas de classe, com a Revolução Russa, em 1917. Entendo que a Revolução Russa teve o mesmo papel que a Revolução Francesa para demarcar o fim do antigo regime e a vitória política da nova classe revolucionária: a burguesia revolucionária e que demarcou início do Estado burguês - com a Revolução Francesa; com a Revolução Russa foi a classe trabalhadora que se colocou como classe revolucionária, pondo fim ao Estado burguês, alçando os trabalhadores no controle do poder do Estado Socialista Soviético (Lombardi, 2020), no que acompanho Eric Hobsbawm, em seu *A Era dos Extremos* (1995).

Apesar da Revolução Russa ter sido emblemática da tomada do poder de Estado numa formação social e ter se expandido para uma vasta região mundial, mas implodindo em dezembro de 1991, vemos que o capitalismo tem superado as várias crises, mantendo as condições para a acumulação de capital para uma pequena minoria de financistas multimilionários, aprofundando o fosso da disparidade social. Nesse contraditório processo, é observável o desmonte dos pilares fundamentais do modo de produção capitalista, notadamente a crescente ampliação da miséria e da marginalidade, e o significativo avanço da barbárie que capilarmente vai permeando as estruturas, a organização e o cotidiano da vida social ao longo do século XX/XXI (Lombardi, 2006). Não há dúvidas do desmonte dos pilares do edifício burguês, a começar pela concepção burguesa de propriedade privada, que sendo individual e transferível com a venda, como qualquer mercadoria, impregnou todos os bens e todas as coisas de sua forma. Hoje prevalece apenas a **forma** da propriedade privada, sustentada juridicamente nas leis constituintes dos Estados-Nação modernos e numa ideologia que impregnou mentes e corações do princípio de que “o que é seu é seu, o que é meu é meu”. A transformação mais brutal está sendo na organização da produção, com as grandes empresas, já sob o controle de acionistas - que controlam ações de grandes corporações internacionais - cujo interesse está apenas na acumulação resultante do jogo do valor das ações. As empresas estão há muito, controladas e gestadas por trabalhadores remunerados para tanto. Também a organização social vai ficando cada vez mais alterada, com a transformação qualitativa da burguesia e suas frações de classe, com o crescimento dos que vivem da renda do capital acionário e financeiro; mas também a classe trabalhadora (e suas variadas frações de classe) tem redução quantitativa e transformação qualitativa, resultado da reorganização produtiva propiciada pelo acelerado desenvolvimento das forças produtivas e da automação da produção; amplia-se, ainda, a classe média, resultado do crescimento das mais variadas formas de prestação de serviços; porém a ampliação quantitativa mais vertiginosa, é da população marginal (o clássico lumpesinato), excluída do mercado de trabalho, inclusive de sua condição histórica de exército de reserva.

A organização societária está numa complexidade que exige análises mais precisas, notadamente do avanço da barbárie que avança

entre nós. Remeto às análises de Eric Hobsbawm - em sua obra *a Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* (1995) – tratando a barbárie no interior do processo de transformação histórica do capitalismo. Para o autor, este período tem como característica o domínio e a disputa entre impérios, um “século de guerras religiosas”, um período que tem na “[...] intolerância sua principal característica” (Hobsbawm, 1995, p. 14), com “confrontos religiosos ou ideológicos... [que] erguem barricadas no caminho do historiador.” (Hobsbawm, 1995, p. 14-15). Hobsbawm está correto ao caracterizar a amplitude e profundidade da crise instaurada no final dos anos 1960 e 1970, à medida em que esta foi se aprofundando nas décadas de 1980, passando toda a década de 1990 e transpondo os portais do milênio, atravessa as duas primeiras década do século XXI como uma aguda crise econômica, social, política, cultural e ambiental... enfim uma profunda crise da civilização moderna: “[...] este século nos ensinou e continua a ensinar que os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis... ao que nossos ancestrais do século XIX teriam chamado padrões de barbarismo. [...]” (Hobsbawm, 1995, p. 22). Hobsbawm tratou de modo mais específico sobre a barbárie em texto da conferência proferida para a Anistia Internacional, em 1994, em Oxford, “Barbárie: manual do usuário”, já com o título fazendo referência à situação em que todos aprendiam a conhecer e a viver numa sociedade crescentemente incivilizada - e que consta como capítulo da obra *Sobre História* (Hobsbawm, 1998).

O fato é que a barbárie avança em todos os quadrantes do planeta, notadamente na periferia das grandes cidades e metrópoles, na aparência de guerra entre gangues e grupos que disputam áreas de influência e controle territorial, nas quais proliferam e avançam as formas mais diversas de uma “economia informal”, principalmente capitaneadas pelo tráfico de drogas e armas, e pelo roubo. Caracterizadas como atividades marginais, informais ou qualquer que seja a denominação, são elas que crescem a um ritmo vertiginoso, com organização empresarial e alta lucratividade; são essas organizações paraestatais que propiciam a precária sobrevivência de importantes contingentes populacionais periféricos, marginais à estrutura econômica, social e política tradicional – notadamente expressa pela ausência da representação e atuação do Estado, mas que na ausência deste (do Estado), é cumprida pelas chamadas

“organizações criminosas” e milícias que cumprem alguns dos papéis do Estado - da segurança à alguma renda resultante de trabalhos para os negócios com as drogas ou nas milícias, cada vez melhor treinadas e armadas, geralmente resultantes da articulação do crime organizado com as forças policiais e políticas.

Esse resultado do desemprego em massa, tem levado à ampliação do lumpesinato - e não o exército industrial de reserva - provocando efeitos inusitados, notadamente nos países da periferia capitalista, transformando homens, mulheres e crianças em trabalhadores “informais”, como nos pequenos negócios (indústrias domésticas, pequenos comércios, serviços os mais diversos) e nos negócios marginais, como o das drogas e das armas, um “mercado” em ampliação. A precarização e a uberização do trabalho, controlado por plataformas e aplicativos para os contemporâneos produtos de comunicação (celulares e smartphones), avançam entre as formas da informalidade do trabalhador (Antunes, 2023)⁹. Está correto István Mészáros (2002; 2005) ao afirmar que não há saída sob o capitalismo, pois este é um sistema destrutivo; não apenas porque sua racionalidade, sendo o lucro, é de uma irracionalidade destrutiva da natureza e do meio ambiente, mas principalmente porque destrói o ser humano e uma perspectiva civilizatória, colocando crescentemente massas humanas na marginalidade, na mais absoluta miséria e carência dos meios básicos necessários à vida e, enfim, à barbárie.

Apesar das previsões apocalípticas, enunciadas a todo momento, partilho do entendimento que “[...] a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver”, pois no entendimento de Marx, “a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução”, como registrou no Prefácio à Contribuição à crítica da economia política (Marx, 1859).

⁹ Para os que querem aprofundar as análises, sugiro a leitura de duas obras de Ricardo Antunes (2018, 2020).

5. Transição e educação: a Pedagogia Histórico-Crítica e a formação crítica e revolucionária - algumas considerações finais

Tenho me perguntado se não há, na atualidade, nenhuma força ou classe social que, sob os escombros do velho modo de produção, reverta a barbárie em andamento, redirecionando a humanidade no caminho da construção de uma nova e superior civilização? Essa questão, assim enunciei na introdução do presente texto: é possível vislumbrar perspectivas econômicas, políticas, sociais, educacionais e científicas sob o capitalismo? E me antecipei, registrando que no meu entendimento não há, sob o capital, nenhuma perspectiva de saída, pois sua razão de ser (sua racionalidade) é dominada por uma irracionalidade destrutiva! (Mészáros, 2002). Sob o capital não há como resolver a contradição do capital que conduz à concentração de renda e à apropriação privada da riqueza, graças à massiva utilização de robôs e máquinas (isto é, do desenvolvimento das forças produtivas), gerando a redução de trabalhadores e, assim, produzindo uma colossal massa de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal, sem garantir a própria sobrevivência dos seus. Parte dessa massa de população marginalizada, é colocada numa condição de trabalho precarizado - os “uberizados”. A acumulação de riqueza, de um lado está produzindo, do outro lado da estrutura social, a marginalidade econômica e social, a fome e a miséria, a destruição ambiental e as mudanças climáticas. O capital recria as condições para a acumulação de mais capital, gerando mais crises e ampliando a barbárie e a destruição das condições de existência de organismos vivos no planeta Terra, colocando um grifo na afirmativa de Hobsbawm (1995, p. 562) de que “[...] nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem que mudar [...] Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser um prolongamento do passado ou do presente.”

Também Mészáros, fazendo a defesa de uma perspectiva histórica que não renunciou de entender como o mundo veio a ser o que é hoje, e muito menos de propor uma alternativa revolucionária para um futuro melhor, registrou que é necessário, para que isso ocorra, que a superação da lógica do capital seja acompanhada da construção de uma “educação para além do capital”, como aponta Mészáros (2005, p. 71), arrematando

que “[...] a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação [...]” (Mészáros, 2005, p. 76).

Certamente que também considero que a contribuição da educação é fundamental, sendo preciso abrir ainda mais o debate, a organização e a formação das massas que vivem do trabalho, mantendo acesa a perspectiva de construção revolucionária de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. É com esse projeto que, como educadores, precisamos lutar para que todos os homens tenham acesso a uma educação que os prepare para uma vida social que vá além do capital e que possibilite a todos o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade, numa perspectiva de uma escola única, integral e voltada à formação *omnilateral* dos educandos; que todos os homens possam usufruir de uma educação crítica, universalizada em todos os seus ciclos e centrada nos conteúdos historicamente produzidos pela humanidade. (Lombardi; Saviani, 2005; e Lombardi; Bezerra Neto, 2020b).

Nessa direção, entre nós, quem primeiro contribuiu com suas reflexões foi Dermeval Saviani (1987) que, desde a publicação de *Escola e Democracia*, tem tratado do problema da marginalidade, a partir do qual analisa a educação e propõe uma teoria pedagógica contra hegemônica, crítica e emancipatória. Analisando cada uma das teorias pedagógicas, Saviani (1987, p. 24) conclui que “[...] enquanto as teorias não-críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade por meio da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso.”, e Saviani (1987, p. 25) conclui pela necessidade de uma teoria pedagógica crítica, mas que não fosse reprodutivista, superando tanto o poder ilusório, característico das teorias não-críticas, como a impotência, presente nas teorias crítico-reprodutivistas, colocando “[...] nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado.” (Saviani, 1987, p. 25).

Nessa perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica¹⁰, a educação cumpre um importante papel, ainda que não determinante, mas fundamental e central: a formação de seres humanos críticos e engajados na construção de uma nova e mais avançada sociedade humana. E volto a insistir que, para isso, é necessário mantermos acesa a chama da utopia de construção de um mundo fraterno, igualitário e coletivista. Para avançar na luta, não podemos manter nossas práticas divisionistas, mas é preciso buscar a construção de unidade política tática, possibilitando hasteamos a bandeira de um projeto estratégico que vislumbre a emancipação de toda humanidade das muitas cadeias que nos asfixiam até a morte. Para tanto, como educadores voltados à formação dos filhos da classe trabalhadora, é de fundamental importância uma escola pública, gratuita, laica e competente, centrada na transmissão dos conteúdos historicamente produzidos. Essa não é, nem pode ser a escola burguesa, hegemônica, mas uma escola que tenha por objetivo a formação crítica e emancipadora.

Referências

AMADEU, A. L. A reinvenção popular do sagrado no contexto da Reforma. **Estudos de Religião**, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, v. 28, n. 1, p. 12-30, jan.-jun. 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/4389>. Acesso em: 14 maio 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho? **Análise Social**, Lisboa, v. viii, n. 248, p. 512-532, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31447/as00032573.2023248.04>. Acesso em: 14 maio 2023.

BENOIT, H. **O conceito de transição ou receitas do futuro?**. 2005. Disponível em: <https://transicao.org/negacaodanegacao/producoes->

¹⁰ Cujas sistematizações resultou no livro *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações* (Saviani, 1991).

teoricas/o-conceito-de-transicao-ou-receitas-do-futuro/. Acesso em: 19 mar. 2024

BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, [s/d].

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. *Serviço Social & Sociedade*, (130), São Paulo: Cortez Editora, 2017, 409–425.
<https://doi.org/10.1590/0101-6628.116>

JUNG, C. O. Christopher Hill: uma visão sobre a liberdade. **Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação C. Carreiros**, São Lourenço do Sul, RS, v. 19, p. 55-60, 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/254/66>. Acesso em: 14 maio 2023.

HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, E. J. E. **A Era dos Extremos**: o breve Século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. J. E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LENIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: FE/Unicamp, 2011. Disponível em:
<https://www.editoranavegando.com/imperialismo-fase-superior#:~:text=Imperialismo%3A%20Etapa%20superior%20do%20capitalismo>. Acesso em: 19 out. 2022.

LOMBARDI, J.C.. Barbárie ou Revolução: notas sobre a conjuntura política brasileira. *REVISTA EDUCAÇÃO & CIDADANIA*, volume 5, número 2, jul/dez 2006, pp. 81-92. Disponível em:
<https://pt.scribd.com/document/481481287/LOMBARDI-JOSE-CLAUDINEI>.

LOMBARDI, J. C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010a. Tese de Livre Docência, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Departamento de Filosofia e História da Educação, 2010a.- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2010a.

LOMBARDI, J. C. Crise capitalista: breves apontamentos. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 27- 47, 2010b. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9603>. Acesso em: 27 abr. 2024.

LOMBARDI, J. C. Crise do capitalismo e educação - Algumas anotações. *In*: LOMBARDI, J. C. (org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando, 2016. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-temas-em-educacao-1> . Acesso em: 14 maio 2023.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados - HISTEDBR, 2005.

LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. (org.) **Educação e revolução**: as revoluções nos séculos XIX e XX e as possibilidades de uma nova educação. Uberlândia: Navegando, 2020a.

LOMBARDI, J. C.; BEZERRA NETO, L. Educação e revolução: as revoluções dos séculos XIX e XX e os fundamentos de uma pedagogia comunista. *In*: LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. (org.). **Educação e revolução**: as revoluções nos séculos XIX e XX e as possibilidades de uma nova educação. Uberlândia: Navegando, 2020b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX K. **Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. : , 1844. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/introducao-a-critica-da-filosofia-do-direito-de.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. v. I. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982

MARX, K. **Prefácio** - Contribuição à crítica da economia política. : , 1859. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

RIBEIRO, R. J. Apresentação. *In*: HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça**: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAMPAIO JÚNIOR, P. de A. Apresentação: Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. *In*: LENIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/imperialismo-fase-superior#:~:text=Imperialismo%3A%20Etapa%20superior%20do%20capitalismo>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica** – primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.